



Demonstrações Financeiras
Cotação Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários S.A.

30 de junho de 2021 e 2020

Com Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2021 e 2020

Índice

Relatório da Administração.....	1
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	3
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos as Demonstrações Financeiras, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2021, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

A Instituição

A Cotação DTVM, com sede em São Paulo, atua no mercado de câmbio nas principais capitais e cidades do Brasil, contando com mais de 2,8 milhões de clientes. Em abril de 2021 obteve o selo ABRACAM em câmbio, comprovando seu compromisso com as melhores práticas de mercado e excelência operacional da companhia do Grupo Rendimento.

Mensagem da Administração

Pandemia COVID-19

Nesse período de pandemia a Cotação vem seguindo todos os protocolos e determinações dos órgãos reguladores, com vistas à preservação da integridade física dos colaboradores as necessárias condições de trabalho e segurança, com adequações das dependências e a adoção de mecanismos tecnológicos para a estruturação de *home office*, visando a redução dos impactos nas atividades operacionais e administrativas.

Governança Corporativa, Riscos e Controles Internos

O modelo de governança e de gerenciamento de riscos e capital segue as estratégias corporativas adotadas pelo Grupo Rendimento e encontra-se permeado por toda Organização nos diversos ambientes de controles e compatíveis com a natureza das operações, assegurando a continuidade dos negócios, produtos e serviços, através de processos, sistemas e dos efetivos controles da dimensão a exposição aos riscos.

A área de Riscos e Capital atua em conformidade com as diretrizes, políticas e alçadas definidas pela Alta Administração, focada no cumprimento dos requerimentos regulatórios, por meio de atuação independente e em perfeita sintonia na geração e preservação de valor econômico da Instituição.

Auditor Independente

A Ernst & Young Auditores Independentes S.S. é a empresa de auditoria externa contratada para o exame das demonstrações financeiras da Cotação DTVM. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos.

Agradecimentos

A Administração da Cotação DTVM agradece a confiança depositada de seus clientes e parceiros, e ao empenho de seus colaboradores.

A Administração



São Paulo Corporate Towers
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 – Torre Norte
São Paulo – SP - Brasil
CEP 04543-011
Tel: (5511) 2573-3000
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e aos Administradores da
Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (“Distribuidora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de agosto de 2021.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Emerson Morelli
Contador CRC-1SP249401/O-4

Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
 Balanços Patrimoniais
 Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
 (Valores expressos em milhares de reais)



	Notas	jun/21	dez/20
Ativo			
Ativo Circulante		35.383	20.586
Disponibilidades	4	21.381	13.867
Instrumentos Financeiros		8.619	3.038
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5 e 4	8.619	3.038
Outros Ativos		5.383	3.681
Ativo não Circulante		68.071	68.488
Outros Ativos	18b	49.690	49.901
Ativos Fiscais Diferidos	10 c	13.921	14.303
Investimentos		174	145
Participações em Coligadas e Controladas	8	149	120
Outros Investimentos		25	25
Imobilizado de uso		23.190	23.475
Intangível		2.049	2.358
Depreciações e amortizações		(20.953)	(21.694)
Imobilizado de uso		(20.517)	(20.580)
Intangível		(436)	(1.114)
Total do ativo		103.454	89.074
Passivo			
Passivo Circulante		28.259	16.373
Demais Instrumentos Financeiros		18.426	8.881
Outros Passivos Financeiros	6	18.426	8.881
Outros Passivos	9b e 18b	7.534	5.713
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidos	9a	2.299	1.779
Passivo não Circulante		75.195	72.701
Outros Passivos	9b e 18b	49.711	49.262
Patrimônio Líquido	12	25.484	23.439
Capital social		20.000	20.000
Reserva de lucros		3.541	3.439
Lucros Acumulados		1.943	-
Total do passivo		103.454	89.074

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
 Demonstração do Resultado
 Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)



	Notas	jun/21	jun/20
Receitas da intermediação financeira		25.384	30.488
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		88	126
Resultado de operações de câmbio		25.296	30.362
Resultado bruto da intermediação financeira		25.384	30.488
Outras receitas/despesas operacionais		(21.906)	(33.646)
Receitas de prestação de serviços	13	14.428	13.424
Resultado de participações em controladas	8	(71)	(6)
Outras receitas operacionais	17a	953	2.180
Despesas de pessoal	14	(15.455)	(24.007)
Outras despesas administrativas	15	(8.371)	(13.235)
Despesas tributárias	16	(3.461)	(3.579)
Outras despesas operacionais	17b	(9.929)	(8.423)
Resultado operacional		3.478	(3.158)
Outros resultados		(10)	(272)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		3.468	(3.430)
Imposto de renda e contribuição social	10	(1.380)	1.688
Imposto de renda		(612)	-
Contribuição social		(385)	-
Ativo fiscal diferido		(383)	1.688
Participações estatutárias no lucro		(44)	(67)
Lucro líquido / (prejuízo) dos semestres		2.045	(1.809)
Quantidade de ações		1.856.034	1.856.034
Lucro líquido (prejuízo) por ação		1,10	(0,97)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Demonstração do Resultado Abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



	jun/21	jun/20
Lucro líquido	<u>2.045</u>	<u>(1.809)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	<u>2.045</u>	<u>(1.809)</u>

Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais)



	Notas	Capital	Reserva de	Reservas de Lucros		Outros Resultados	Lucros/(Prejuízos)	Total
		Realizado	Capital	Legal	Outras	Abrangentes	Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2019		20.000	-	1.904	3.182	-	-	25.086
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	-	(1.809)	(1.809)
Juros sobre o capital próprio	12	-	-	-	(620)	-	-	(620)
Saldos em 30 de junho de 2020		20.000	-	1.904	2.562	-	(1.809)	22.657
Saldos em 31 de dezembro de 2020		20.000	-	1.904	1.535	-	-	23.439
Lucro Líquido do semestre		-	-	-	-	-	2.045	2.045
Constituição de reserva legal	12	-	-	102	-	-	(102)	-
Saldos em 30 de junho de 2021		20.000	-	2.006	1.535	-	1.943	25.484

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
 Demonstração dos Fluxos de Caixa
 Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais)



	Notas	jun/21	jun/20
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) ajustado		3.352	(4.455)
Lucro líquido (prejuízo)		2.045	(1.809)
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido		1.307	(2.645)
Resultado de participações em controladas	8	71	6
Depreciações e amortizações	15	690	782
Impostos diferidos	10c	382	(1.688)
Atualização monetária contingências	15	410	514
Atualização monetária depósitos judiciais	17b	(489)	(531)
Constituição / (reversão) de provisões operacionais		243	(1.728)
(Aumento)/redução em ativos e Aumento/(redução) de passivos		10.680	(6.227)
Outros créditos		(1.262)	5.071
Outros valores e bens		400	673
Relações interdependências		6.396	(1.462)
Outras obrigações		5.146	(10.508)
Caixa líquido (aplicado)/gerado em atividades operacionais		14.032	(10.681)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Alienação de imobilizado de uso		10	312
Aquisição de imobilizado de uso		(88)	(576)
Aquisição de intangível		(791)	(138)
Aquisição de investimentos		(100)	-
Alienação de intangível		32	36
Caixa líquido (aplicado) em atividades de investimentos		(937)	(365)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de juros sobre o capital próprio	12b	-	(620)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos		-	(620)
(Redução)/aumento em caixa e equivalentes de caixa		13.094	(11.666)
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4	16.905	26.268
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4	29.999	14.602
(Redução)/aumento em caixa e equivalentes de caixa		13.094	(11.666)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Instituição ou Cotação DTVM”), com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2092 – 18º andar, integrante do Grupo Rendimento, é uma sociedade anônima de capital fechado, tem como objeto social a prestação de serviços de transferência de recursos no nível doméstico e internacional, operações de câmbio, cartões pré-pagos internacionais e outras operações ativas e passivas inerentes às corretoras de câmbio. As operações da Instituição são realizadas com coparticipação e intermediação de instituições ligadas ao Grupo Rendimento. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

A partir das demonstrações financeiras elaboradas em 2020, foram incluídos nas divulgações da Cotação DTVM, os procedimentos constantes das Resoluções CMN nº 4.818/20 e BCB nº 2/20. Seguem as principais alterações implementadas: as rubricas do Balanço Patrimonial por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial comparativamente com os saldos do período social imediatamente anterior e as demais demonstrações comparadas com o mesmo período anterior; evidenciação, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 12 de agosto de 2021.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.

b) Moeda funcional

As demonstrações financeiras da Cotação DTVM estão representadas em Reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. A taxa utilizada para conversão de ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira é a da data de fechamento.

Os efeitos da variação cambial sobre as operações de moeda estrangeira estão distribuídos nas linhas das demonstrações do resultado conforme a natureza das respectivas contas patrimoniais.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

e) Investimento

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

f) Imobilizado de Uso

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

Os bens estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 4% a.a. para edificações, 10% a.a. para instalações, móveis e utensílios e sistemas de comunicação e 20% a.a. para os demais itens.

g) Intangível

São compostos por direitos adquiridos e investimentos em desenvolvimento que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

h) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros - (*Impairment*)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08 e em observância ao Pronunciamento Técnico 001, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

j) Operações de câmbio

São demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos (em base “*pro rata*” dia), as variações cambiais auferidas, e provisão para perdas, quando aplicável.

k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

(i) Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

(iii) Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se as demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

l) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações na data das demonstrações financeiras.

m) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

n) Eventos Subsequentes

São considerados os eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações, evidenciados, basicamente, pelas condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

o) Resultados Recorrentes e não Recorrentes

Conforme determinado pela Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, os resultados recorrentes e não recorrentes devem ser divulgados de forma segregada, já relacionados ou não, incidentalmente, com as atividades típicas da instituição, não previstos para ocorrer com frequência nos períodos futuros. Os efeitos desses eventos, considerados não recorrentes, encontram-se evidenciados na Nota Explicativa 19.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	jun/21	dez/20
Disponibilidades	21.380	13.867
Aplicações no mercado aberto - (Nota 5)	8.619	3.038
Total	29.999	16.905

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	jun/21	dez/20
Circulante		
Aplicações em operações compromissadas – Posição Bancada		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) – Ligadas (Nota 11)	8.619	3.038
Total das aplicações no mercado aberto	8.619	3.038

6. Outros passivos financeiros

	jun/21	dez/20
Passivo Circulante		
Obrigações por vendas realizadas	4.560	1.749
IOF a recolher	651	313
Ordens de pagamento em moeda estrangeira	13.215	6.819
Total do Circulante	18.426	8.881

7. Outros créditos – diversos

	jun/21	dez/20
Circulante		
Títulos e créditos a receber - sem características de concessão de crédito	334	394
Devedores diversos – no país ⁽ⁱ⁾	1.338	1.410
Impostos e contribuições a compensar	1.181	2
Valores a receber - ligadas	1.093	1.098
Adiantamento de salários	653	161
Outros	114	93
Total do circulante	4.713	3.158
Não Circulante		
Devedores diversos – no país	-	25
Impostos e contribuições a compensar	-	468
Total do Não Circulante	-	493
Total	4.713	3.651

(i) Refere-se substancialmente a saldo de operações de câmbio, liquidadas em D+1.

8. Participação em controladas

	jun/21	dez/20	jun/20
Quantidade de cotas possuídas	650.000	550.000	550.000
Capital social	650	550	550
Patrimônio líquido	149	120	136
Resultado do semestre	(71)	(22)	(6)
Percentual de participação	99,99%	99,99%	99,99%
Saldo do investimento	149	120	136
Resultado de equivalência patrimonial	(71)	(22)	(6)

9. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	jun/21	dez/20
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	1.302	1.779
Provisão para impostos sobre o lucro	997	-
Total	2.299	1.779

b) Diversas

	jun/21	dez/20
Circulante		
Provisão para pagamentos a efetuar	4.941	4.128
Credores diversos no país ⁽ⁱ⁾	2.368	1.372
Sociais e estatutárias	186	180
Valores a receber - sociedades ligadas	39	33
Total do circulante	7.534	5.713
Não Circulante		
Provisão para pagamentos a efetuar	107	-
Total do não circulante	107	-
Total	7.641	5.713

(i) Refere-se substancialmente a operações de câmbio liquidadas em D+1.

10. Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstração da despesa de imposto de renda e contribuição social

	jun/21	jun/20
Valores correntes	(997)	-
IR e CSLL no País – Corrente	(997)	-
Valores diferidos	(383)	1.688
Diferenças temporárias	49	(690)
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	(432)	2.378
Total	(1.380)	1.688

b) Conciliação dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	jun/21	jun/20
Resultado antes dos tributos e participações	3.468	(3.430)
Encargo total do IR (25%) e CSLL (25% de julho a dezembro de 2021, 20% em 2020)	(1.370)	1.372
Encargos sobre JCP	-	248
Encargos sobre participação em controladas	(28)	(2)
Participação de empregados no lucro	-	27
Outros valores	18	43
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	<u>(1.380)</u>	<u>1.688</u>

c) Créditos tributários

Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no semestre:

Descrição	Saldo			Saldo
	31/12/2020	Constituição	Realização	
Provisão para riscos fiscais PIS/COFINS	10.737	164	(195)	10.706
Provisão para contingências	809	-	(27)	782
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	2.006	-	(432)	1.574
Provisões diversas a pagar	751	211	(104)	858
Total	<u>14.303</u>	<u>375</u>	<u>(758)</u>	<u>13.920</u>

Os créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável futuro para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores. A compensação desses créditos ocorrerão dentro do prazo permitido pela Resolução CMN nº 4.842/20, condicionados à natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente indedutíveis não restando a inclusão de créditos oriundos de outras naturezas na posição.

Para o período compreendido entre julho de 2021 e dezembro de 2021 a alíquota da CSLL será majorada em 5% para Instituições Financeiras de acordo com a Lei 14.183/2021. Os impactos dessa majoração serão refletidos nas bases do crédito tributário.

A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Acima de 5 anos	Total
Provisão para contingências fiscais PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	10.706	10.706
Provisão para contingências	-	612	170	-	-	-	-	782
Outras Provisões	-	859	-	-	-	-	-	859
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	793	781	-	-	-	-	-	1.574
Total	<u>793</u>	<u>2.252</u>	<u>170</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.706</u>	<u>13.921</u>
Valor presente	<u>741</u>	<u>2.084</u>	<u>156</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.730</u>	<u>12.711</u>

Com base nas projeções de resultados, a Administração considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. O valor presente do crédito tributário é estimado em R\$ 12.711 utilizada a taxa de custo (Selic) de captação estipulada para os respectivos períodos.

11. Transações com partes relacionadas

	jun/21		dez/20		jun/20	
	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Cartões pré-pagos	(1.214)	(97)	(423)	(344)	249	(241)
Banco Rendimento S.A.	(1.214)	-	(423)	-	249	-
Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda. – (Nota 17b)	-	(97)	-	(344)	-	(241)
Carteira de câmbio	(432)	(1.922)	-	2.788	(122)	2.833
Banco Rendimento S.A.	(432)	(1.922)	-	2.788	(122)	2.833
Disponibilidades	307	-	10.262	-	6.537	-
Banco Rendimento S.A.	307	-	10.262	-	6.537	-
Aplicações interfinanceiras	8.619	88	3.038	170	5.694	126
Banco Rendimento S.A. – (Nota 5)	8.619	88	3.038	170	5.694	126
Outras receitas/despesas operacionais e administrativas	1.054	6.359	1.340	4.879	1.384	4.942
Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda.	(28)	-	(19)	-	(19)	-
Banco Rendimento S.A.	1.081	6.359	1.359	4.879	1.403	4.942

a) Saldo das transações

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições usuais de mercado no tocante a encargos e prazos.

b) Remuneração da Administração

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos administradores, conforme determina o Estatuto Social da Instituição, observado o limite percentual de 30% de acordo com Resolução CMN nº 4.820/20. A Cotação DTVM incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos Administradores:

	2021	2020
Remuneração fixa	1.310	1.310
Encargos sociais	295	295
Total	<u>1.605</u>	<u>1.605</u>

A Cotação DTVM não oferece benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social totalmente integralizado é de R\$ 20.000, representado por 1.856.034 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 928.017 ordinárias e 928.017 preferenciais.

As ações preferenciais conferirão aos portadores a prioridade no reembolso do capital.

Cada ação ordinária nominativa dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

b) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da Diretoria, mediante Assembleia Geral de acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros. No semestre findo em 30 de junho de 2021 não houve destinação para dividendos.

No semestre findo em 30 de junho de 2021, não foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio.

c) Reservas de lucros

Reserva Legal: a Cotação DTVM deve destinar 5% do lucro líquido de cada semestre social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.

Outras Reservas: compostas por lucros obtidos a serem destinados em Assembleia Geral Ordinária.

A Administração possui plano e aval da assembleia caso as reservas de lucros excedam o valor de capital.

13. Receitas de prestação de serviços

	jun/21	jun/20
Prestação de serviços – ligadas	(6.379)	(3.445)
Operações de câmbio	(8.030)	(7.348)
Outras	(19)	(2.631)
Total	(14.428)	(13.424)

14. Despesas de pessoal

	jun/21	jun/20
Proventos	8.778	12.737
Encargos sociais	2.596	4.941
Benefícios	3.364	5.497
Honorários	678	642
Outras	39	190
Total	15.455	24.007

15. Outras despesas administrativas

	jun/21	jun/20
Serviços do sistema financeiro	158	377
Transportes	421	1.079
Processamento de dados	1.656	1.788
Aluguéis	2.036	4.103
Depreciação/Amortização	690	782
Serviços técnicos especializados	285	216
Serviços de terceiros	217	364
Comunicações	420	720
Relações públicas	29	135
Vigilância e segurança	370	619
Manutenção e conservação de bens	313	554
Outras despesas administrativas	437	834
Condomínio	737	1.129
Propaganda e publicidade	602	535
Total	8.371	13.235

16. Despesas tributárias

	jun/21	jun/20
Cofins	1.569	1.774
ISS	720	670
PIS	255	288
Outras	917	847
Total	3.461	3.579

17. Outras receitas e despesas operacionais

a) Outras receitas operacionais

	jun/21	jun/20
Reversão de provisões operacionais	(142)	(1.038)
Recuperação de despesas	(182)	(179)
Outras	(629)	(963)
Total	(953)	(2.180)

b) Outras despesas operacionais

	jun/21	jun/20
Convênios operacionais	8.746	6.846
Contingências cíveis, trabalhistas e fiscais	131	74
Taxa de aquisição	76	314
Atualização monetária de contingências	410	514
Custo de carregamento de cartões - (Nota 11)	97	241
Outras despesas operacionais	469	434
Total	9.929	8.423

18. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2020 e 2019, não existiam processos classificados pela Administração como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

(i) Provisões cíveis e trabalhistas - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

(ii) Provisões fiscais - As provisões para riscos fiscais são representadas por processos judiciais e administrativos, provisionados no passivo não circulante na rubrica "outras obrigações diversas". O saldo de R\$ 47.381 está representado pelo processo de contestação judicial da legalidade do recolhimento do PIS e COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98.

As movimentações das provisões para contingências, obrigações legais e depósitos judiciais ocorridas no semestre, estão a seguir apresentadas:

				jun/21	dez/20
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Provisão para contingências					
Saldo inicial	47.150	2.091	20	49.261	49.088
Constituições/(reversões)	231	330	(19)	542	1.258
Pagamentos	-	(198)	(1)	(199)	(1.084)
Saldo final	47.381	2.223	-	49.604	49.262

				jun/21	dez/20
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Depósitos judiciais					
Saldo inicial	47.733	1.488	11	49.232	49.027
Constituições/(reversões)	233	329	3	565	1.389
Realizações	-	(168)	-	(168)	(1.184)
Saldo final	47.966	1.649	14	49.629	49.232

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 30 de junho de 2020, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por:

- Contestação administrativa a exigência da incidência de ISS sobre receitas decorrentes de operações que não se classificam como prestação de serviços, no Município de Santo André, no montante de R\$ 584.
- 12 processos trabalhistas totalizando R\$ 3.749 referentes a hora extra e vínculo trabalhista com o Banco Rendimento.
- 3 processos cíveis totalizando R\$ 95 referentes a ações de cobrança e ações indenizatórias de danos materiais e morais.

Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar, representativamente, o resultado e as operações da Cotação DTVM.

19. Resultado não recorrente

Não tivemos resultado não recorrente no semestre findo em 30 de junho de 2021 e no semestre findo em 30 de junho de 2020.

20. Gestão de Riscos e de Capital

A política de gerenciamento de riscos e capital está alinhada às melhores práticas e em conformidade com o arcabouço regulatório emanado do Banco Central do Brasil. A área de Riscos é responsável pelos processos e princípios definidos na Declaração de Apetite a

Riscos, buscando a permanente adequação aos efetivos modelos de controles, através do envolvimento da estrutura corporativa e da disseminação da cultura de riscos em todas as atividades, através da participação de todos na gestão de riscos.

a) Risco Operacional

O gerenciamento do risco operacional e controles internos encontra-se condizente com as atividades e negócios realizados na Cotação DTVM, utilizando-se de ferramentas capazes de identificar, avaliar e monitorar os seguintes incidentes: fraudes; demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; praticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; danos de ativos físicos; situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição; falhas tecnológicas; falha na execução e cumprimento dos prazos e gerenciamento das atividades; falha na execução, cumprimento de prazos, e gerenciamento de atividades.

O modelo de gestão baseia-se nas três linhas de defesa, compostas pela área de Negócios, Riscos, Controle Internos e Auditoria Interna, respectivamente, as quais são apoiadas por políticas e definições de papéis e responsabilidades, com o contínuo compartilhamento de conhecimentos, informações e reporte à Alta Administração, visando fundamentar o processo de mitigação de riscos que possam impactar na continuidade dos negócios e imagem da Cotação DTVM.

b) Risco de Mercado e Liquidez

A Gestão de Risco de Mercado e Liquidez está constituída por um conjunto de princípios que norteiam a estratégia de negócios da Cotação DTVM, cujas posições operacionais consolidam-se em ambiente corporativo e com regras prudenciais alinhadas às práticas adotadas no Grupo.

Na gestão de risco de mercado são adotadas as políticas internas e diretrizes aprovadas pela Administração, visando identificar, monitorar e mitigar situações de riscos, nas posições detidas pela Instituição, decorrentes das oscilações dos dados de mercado relativos a cupons cambiais e variação cambial.

No tocante à gestão de risco de liquidez os níveis de caixa são submetidos sistematicamente a contínuo acompanhamento e monitoramento das posições diárias ativas e passivas, em bases prudenciais com a adoção de limites mínimos de liquidez, visando assegurar que as liquidações sejam realizadas sem problemas de descasamento entre ativos e passivos.

Análise de Sensibilidade

As análises são realizadas em métricas e medidas de sensibilidade e de controle de perdas, em que demonstra o impacto no valor de mercado das posições quando submetidas a um

aumento de 1 ponto-base nas taxas do indexador, das operações com posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a hedge da carteira de negociação, observadas as condições normais de mercado, cujos efeitos encontram-se consolidados as bases prudenciais.

c) Prevenção à "Lavagem" de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

A Cotação DTVM adota mecanismos através de instrumentos de controle, políticas, normas, processos e sistemas específicos de monitoramento nas operações com clientes, fornecedores e parceiros, visando prevenir, detectar e combater a "lavagem" de dinheiro proveniente de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo.

A Administração, por meio da adoção de políticas transparentes e em conformidade com os dispositivos legais, tem participação efetiva na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro e ao combate ao financiamento do terrorismo e demais ações pontuais mitigatórias. A Cotação DTVM mantém programa de treinamento para todo corpo funcional, alinhado às melhores práticas, assegurando o efetivo cumprimento das rotinas de controle, monitoramento e identificação tempestiva de operações atípicas. Esse modelo de gestão possibilita a sinergia entre as áreas de Negócios e de Controle e evita o uso da estrutura do Grupo para fins ilícitos.

d) Responsabilidade Socioambiental

A política de gestão do Risco Socioambiental está estabelecida por meio de princípios e diretrizes apoiados em bases regulatórias, cujos procedimentos adotados possibilitam a identificação, controle e mitigação dos riscos associados ao meio ambiente, trabalho análogo ao escravo, trabalho infantil, dentre outros inerentes.

Os clientes e parceiros e as operações e serviços passam por escopo de avaliações e análises, em linha com os fundamentos da Lei Anticorrupção, no contexto da responsabilidade social, e com ênfase nos padrões éticos e de conduta internos e nas relações de trabalho, principalmente na concessão de crédito. A esse conjunto de rotinas estão associadas as análises de Compliance, na apuração dos riscos ligados a danos socioambientais, incorporando-se, com intrínseca relação, os riscos legais, tributários, de imagem e corrupção.

A Diretoria e gestores encontram-se devidamente alinhados à política de responsabilidade socioambiental, a fim de prover o conhecimento e a disseminação para todo corpo funcional, dos princípios que norteiam a efetiva aplicabilidade nas relações de trabalho e de negócios, com clientes, parceiros, fornecedores e público interno.

e) Segurança da Informação

A Cotação DTVM segue as regulamentações legais e prudenciais com a implementação de mecanismos de proteção aderentes às melhores práticas, visando a prevenção de ataques em infraestrutura de TI e sistemas, por meio do monitoramento contínuo do ambiente de tecnologia e de avaliações periódicas de ameaças e controles relacionados à segurança cibernética.

A área de Segurança da Informação trabalha continuamente para melhorar a estratégia de segurança cibernética, de forma a mitigar os riscos e proteger a Instituição e seus clientes de ameaças e vulnerabilidades que possam comprometer a confidencialidade, disponibilidade e integridade das informações.

No tocante à Lei Geral de Proteção de Dados, a Cotação DTVM encontra-se aderente aos procedimentos determinados na referida Lei, adotando as melhores práticas de mercado através da criação de políticas, revisão de processos, adoção de ferramentas, estrutura de controle, monitoramento e proteção de todos e quaisquer meios que possam tornar vulneráveis os dados dos clientes e as informações a eles associadas.

21. Limites operacionais

O índice de Basileia atingiu 15,10% em 30 de junho de 2021 (15,64% em 30 de junho de 2020) apurado de acordo com o estabelecido na Resolução CMN nº 4.193/13, cujos requerimentos mínimos são apurados em bases consolidadas do Conglomerado Prudencial.

A Administração

Patrícia dos Santos Bento
Contadora
CRC – SP-282762/O-9